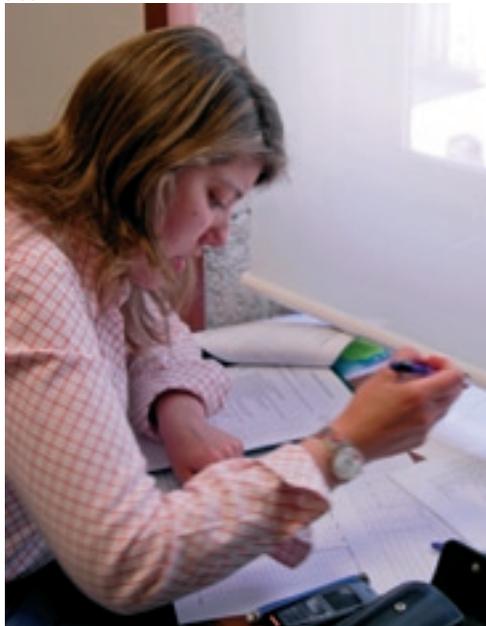


**direito ao trabalho com direitos**

**spri**  
INFORMAÇÃO

# Medição da representatividade sindical é uma exigência inadiável

ana alvim



“O respeito pela representatividade está em plena sintonia com os princípios do pluralismo e da liberdade sindical e justifica-se pela necessidade de assegurar uma efectiva tutela dos interesses colectivos unitários dos trabalhadores”

“O Comité de Liberdade Sindical da Organização Internacional do Trabalho já se pronunciou sobre esta matéria, tendo sido aprovada na sua última assembleia anual, realizada em Maio e Junho, uma *recomendação* para que os vários países-membros definam critérios objectivos e gerais de medição da representatividade das suas organizações sindicais, tendo ficado estabelecido que o nosso país será observado no terceiro trimestre deste ano”

“Um acontecimento recente acentuou a oportunidade deste debate: a decisão do Governo de limitar o número de dirigentes com direito a redução sindical. Redução que a Fenprof não contesta, face à necessidade de moralizar a situação actual, mas que considera dever obedecer a critérios claros de representatividade”

“Estando a questão colocada no plano público por força da limitação dos créditos sindicais, deve ser a Fenprof a tomar a iniciativa de propor ao Governo e à Assembleia da República que sejam encontrados critérios objectivos para essa medição [...] ou através de eleições profissionais (como acontece em Espanha, França e outros países), ou através da contabilização de sócios, acautelando a protecção de dados”

“A medição da representatividade pode significar um salto qualitativo, clarificando um espectro sindical caracterizado por uma enorme pulverização, dando transparência aos processos negociais e contribuindo, ainda, para o reforço do poder reivindicativo dos sindicatos e da eficácia da sua acção na defesa dos legítimos direitos e aspirações dos educadores e professores”

“A medição da representatividade sindical poderá contribuir para dignificar o movimento sindical docente no seu conjunto, valorizando os sindicatos como estruturas legítimas de representação dos educadores e professores”

“A medição da representatividade tem que garantir aos sindicatos representativos dos educadores e professores direitos sindicais mais amplos e um alargamento do seu campo de intervenção e de negociação” . ▶

**Manuela Mendonça,**

*Direcção do SPN*

*(em entrevista ao*

*«SPRA Informação», Abril/2006)*

**spni**  
INFORMAÇÃO

**Director** Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Margarida Leça, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira.

**Design Gráfico** Adriano Rangel e Ana Alvim · **Foto Capa** Adriano Rangel · **Paginação / Digitalização** Isto é comunicação visual, lda. · **Impressão** Heska Portuguesa, SA

**Propriedade** Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6

**E-mail** spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

**Tiragem média** 26.500 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n.º** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

## Onde está a coragem?



Há sempre muitas formas de cada um tentar levar a água ao seu moinho.

Para quem já lançou um olhar, distraído que fosse, sobre os parâmetros centrais que regem o neoliberalismo dos nossos dias, é fácil perceber que um deles se situa ao nível da segurança social, na linha de “menos

Estado, melhor Estado”, que, no fundo, quer dizer que ao que eram até hoje responsabilidades sociais que ao Estado cumpria assegurar, se sucede, como se tudo fosse muito natural, a privatização de serviços públicos, a entrega a quem tem perspectivas de lucro da gestão de serviços e bens essenciais para o assegurar da equidade e de um bem-estar que, constitucionalmente, é de todos.

O nosso Governo não foge a esta regra. Porque não quer fugir, claro.

Recentemente, decidiu-se a meter a mão nas formas e nos tempos de pagamento de pensões de reforma, usando como subterfúgio o estafado argumento da esperança de vida que não pára de aumentar. Hoje, as pessoas vivem mais e, reformando-se nos tempos de antigamente, teriam pela frente um período alargado em que estariam fora do sistema contributivo.

José Sócrates anunciou pretender aumentar os anos de trabalho – ainda mais do que já fez para a Administração Pública –, fazer depender o valor e

a idade da reforma da idade média de vida e diminuir os valores das reformas daqueles que insistam em que 65 anos é a idade máxima que entendem como razoável para a sua vida de trabalho activo.

Dentro deste espartilho, não haverá outras saídas que não sejam receber menos, pagar mais ou trabalhar mais. Quem quiser manter as expectativas correspondentes ao que tinha até aqui como perspectiva, poderá sempre virar-se para o mercado, correr atrás de uma qualquer seguradora, que tratará de complementar aquilo que o Estado se dispõe a cortar. E tudo isto apresentado como uma inevitabilidade a que não há como fugir.

Mas, não haverá mesmo? Estaremos perante uma inevitabilidade ou uma opção político-ideológica deste governo? Estaremos perante uma preocupação com o bem-estar dos nossos cidadãos ou apenas perante a onda neoliberal que assola a Europa, e não só?

A resposta é só uma. No mesmo dia – Dia da Europa – em que a Comissão Europeia veio dar conta de que afinal o combate ao défice, mãe de todas as políticas, não iria ser assegurado por este governo e que o desemprego iria aumentar e passar a barreira dos 8% no ano em curso, aproveitou logo para saudar as “corajosas” medidas que estavam na forja relativas à aposentação.

Como eles se entendem...

Contudo, a iniquidade destas medidas não tem nada de corajoso. Coragem haveria em pensar e adoptar outras soluções – que as há, assim haja vontade política – para continuar a garantir a sustentabilidade do sistema de segurança social.

Por exemplo, o aumento de vencimentos e a diminuição do desemprego implicam maiores contribuições para a Segurança Social; o combate à evasão fiscal conduzirá a um significativo reforço deste financiamento; a diminuição do trabalho ilegal produzirá ainda mais financiamento. E outras medidas haverá que converjam neste sentido.

Uma coisa é, seguramente, necessária – a inversão da política seguida pelo Governo de Sócrates. ▀

## As questões do momento

- concursos
- despacho de Valter Lemos
- ECD
- encerramento de escolas
- administração e gestão
- campanha da EPE
- PRACE
- processo de Bolonha



# Fenprof manifestou preocupações ao ME...

Na sequência do pedido – posteriormente reiterado e realçando a urgência da reunião pretendida, por, entretanto, terem sido divulgadas as listas e rapidamente se esgotar a hipótese de algum tipo de intervenção no respeitante aos concursos –, uma delegação da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) acabou por ser recebida (2 de Maio) pelo chefe de gabinete do secretário de Estado Adjunto e da Educação, uma vez que o secretário de Estado se encontrava em Conselho de Secretários de Estado.

As questões apresentadas pela Fenprof foram as seguintes:

- a) integração no 1º lugar de candidatura dos docentes de Educação Especial especializados pela Escola Superior de Educação de Castelo Branco, Universidade do Minho e Instituto Piaget (Pólo Nordeste);
- b) exclusão da possibilidade de candidatura a destacamento da Educação Especial de docentes especializados que não se candidataram ao respectivo quadro;
- c) consideração das classificações obtidas em cursos organizados nos termos do artigo 56º do Estatuto da Carreira Docente para efeito de graduação profissional;
- d) impedimento dos docentes dos quadros de zona pedagógica se candidatarem a destacamento por condições específicas a escolas do respectivo QZP;
- e) exclusão dos docentes do actual grupo de Ciências Agro-Pecuárias (antigos códigos 35, 36 e 37) da candidatura ao grupo de Educação Tecnológica (530).

**No dia 17 de Abril, a Fenprof solicitou ao secretário de Estado da Educação uma reunião urgente, a fim de serem discutidas algumas questões de grande importância para os docentes e as escolas, algumas relacionadas com os concursos – razão da urgência, dado que se previa a iminente divulgação das listas provisórias de graduação.**

A Fenprof entregou um abaixo-assinado de professores exigindo a resolução do problema referido em a) e solicitou a suspensão/revogação do despacho do secretário de Estado da Educação que anulou os destacamentos dos docentes declarados incapacitados por junta médica, obrigando ao seu regresso às escolas de origem (**ver caixa**).

Outras questões importantes, ainda que sem o mesmo grau de urgência, aguardam uma nova reunião, já com a presença do secretário de Estado. A saber:

- possibilidade de alargamento do regime de aposentação excepcional dos professores em regime de monodocência nos termos do Decreto-lei nº 229/2005, de 29 de Dezembro;
- situações concretas de desrespeito pelos quadros legais e orientações sobre componente não lectiva dos docentes;
- situação dos professores de Técnicas Especiais e consequências da recomendação aprovada na Assembleia da República;
- situação dos docentes vinculados, de habilitação suficiente, do grupo de Educação Física, que continuam impedidos de completar a formação inicial;
- exercício de direitos sindicais pelos educadores e professores. ▶

## ... e exige a suspensão do despacho Valter Lemos

A Fenprof exigiu à ministra da Educação a suspensão do despacho interno de 4/Abril/2006, do Secretário de Estado da Educação, que obriga os professores doentes, destacados em escolas próximas da sua área de residência e/ou local de tratamento, a regressarem às escolas de origem em pleno ano lectivo!

A Federação propõe o regresso dos professores às escolas de destacamento e disponibilizou-se para um processo negocial que preveja esta forma de mobilidade para situações em que tal se revele necessário.

Para a Fenprof, a questão fundamental não é a legalidade, mas os problemas humanos, pedagógicos e organizacionais que se colocam, sendo profundamente reprovável a insensibilidade ministerial revelada, uma vez que os docentes afectados viram interrompido, sem sentido e de um dia para o outro, esse destacamento.

Para além da desumanidade evidente, este processo levanta questões de ordem pedagógica, uma vez que muitos dos docentes assumiam, desde 1 de Setembro, importantes responsabilidades nas escolas em que se encontravam, ficando estas, agora, sem capacidade de resposta para solicitações importantíssimas que se lhes colocam.

Esta é, apenas, mais uma situação que confirma como a equipa ministerial desconsidera e maltrata os educadores e professores. ▶



**A consideração de que se vive uma crise de identidade profissional tem sido tema recorrente nas análises ao estado da docência. As marcas distintivas desta crise passam pela crescente acumulação de papéis no exercício profissional, pela persistência de deficientes condições de trabalho e de formação, pelo alargamento dos factores de instabilidade – desemprego, precariedade, mudanças sucessivas no plano curricular – e por uma crescente pressão social sobre a Escola e os docentes.**

## Contextos para a revisão do ECD?

A persistência destes factores de crise é, só por si, potenciadora do seu agravamento. Por outro lado, é possível afirmar que não só não se debelaram ou atenuaram esses factores, como se agravaram significativamente nos últimos anos, fruto das políticas seguidas pelos vários governos.

E assim se pode afirmar que há mais instabilidade profissional, fruto de alterações em áreas tão sensíveis como a dos concursos e a do reordenamento escolar – onde, de acordo com declarações recentes do secretário de Estado Valter Lemos, 10 mil lugares docentes poderão estar em risco em função do anunciado encerramento de milhares de escolas do 1º Ciclo. E assim se pode afirmar, também, que o exercício profissional está hoje sujeito a mais factores de stress, como é visível na tendência para o agravamento de situações de indisciplina e mesmo violência, fenómenos estreitamente relacionados com profundas alterações no plano social e familiar e com o alastramento de situações de marginalidade e pobreza na sociedade portuguesa. A acrescer a este aspecto, as medidas aplicadas este ano pelo Ministério da Educação (ME), em particular as aulas de substituição, no contexto de um cenário construído em torno da desvalorização da profissão, têm contribuído para que os professores vejam a sua autoridade profissional cada vez mais posta em causa.

Por outro lado, a Escola é alvo de uma pressão crescente, confrontada entre uma avaliação da qualidade de ensino centrada nos resultados dos exames e o alargamento dos seus mandatos. Paralelamente, os professores vêem-se cada vez mais condicionados por mecanismos e processos burocratizadores da profissão e por visões administrativas – autoritárias, em alguns casos – da vida das escolas.

A culminar este quadro de crise, persiste e alarga-se o discurso desvalorizador dos professores, que tem contribuído, através de visões preconceituosas e marcadas pelo senso comum mais rasteiro, para uma imagem social negativa da profissão docente.

Em síntese, vivemos um período de desvalorização da imagem social dos professores, que, parafraseando António Nóvoa, estão a viver um processo acelerado de desprofissionalização e funcionarização.

É, pois, neste contexto que nos vemos confrontados com a próxima revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD).

**Adriano Teixeira de Sousa,**

*Direcção do SPN*



## Um capital a preservar

A publicação do ECD, em 1990, na sequência de um intenso processo de luta reivindicativa, constituiu um momento fundamental na história da profissão, dando expressão a um anseio antigo de criação de um quadro regulador do exercício da profissão que se constituísse como oportunidade histórica para deixar para trás concepções passadistas e desajustadas e avançar no sentido do reconhecimento e valorização da importância fundamental do trabalho dos professores.

Na memória da profissão, estão marcados, de forma indelével, os momentos exaltantes que se viveram nesse período em que os professores, assumindo a sua diversidade e heterogeneidade, souberam encontrar os caminhos da unidade para a afirmação da imprescindibilidade da profissão na construção do futuro.

É em nome dessa memória, do que se conquistou a pulso, do Estatuto que temos, do caminho que já fizemos e que agora querem destruir, que interessa compreender o que está em causa e quais os dilemas que se colocam ao presente e futuro da profissão docente.

Parece claro que se reacenderam os velhos conceitos que procuram impor uma concepção técnica e instrumental da profissão, em que o professor é um funcionário, receptor e transmissor passivo de conhecimentos, controlado remotamente no seu desempenho profissional, organizado na sua intervenção escolar de forma essencialmente administrativa.

Como temos vindo a sublinhar, esta forma de encarar a profissão não se compadece com a especificidade do contexto em que o professor trabalha, não é compatível com a ideia, que continuamos a defender, do professor como um profissional reflexivo, autónomo e intelectualmente preparado para agir de forma contextualizada, responsável principal pela condução de complexos processos de ensino e aprendizagem.

## Valorizar e dignificar a profissão

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) têm vindo a preparar-se para o processo de revisão do ECD, debatendo e apurando princípios e propostas que irão levar a debate com os educadores e professores.

Neste momento, parece tornar-se claro que o ME apenas estará interessado em proceder a uma revisão parcelar, em particular no que diz respeito à carreira e à avaliação do desempenho (ver pág. seguinte).

No plano sindical, temos a convicção de que devemos defender uma revisão global, pondo desde já em cima da mesa o debate sobre a profissão que temos e a profissão que queremos. Para isso, parece-nos igualmente claro que o núcleo central do ECD e da revisão deve ser o conjunto de direitos e deveres, encarando-os como o retrato de profissão, o núcleo definidor das balizas éticas e deontológicas que norteiam o desempenho profissional dos docentes.

As propostas que a Fenprof vai apresentar irão, certamente, enriquecer este capítulo fundamental, tornando os direitos e deveres mais do que um enunciado retórico e contribuindo para uma afirmação mais clara, também no plano social, da importância da profissão.

As propostas sindicais não se esgotam neste capítulo e abrangem aspectos como a avaliação do desempenho, a carreira, o regime de faltas, os incentivos à colocação/fixação em zonas isoladas e/ou desfavorecidas, a aposentação, a formação, o regime de concursos.

O enunciado dos diferentes capítulos em relação aos quais serão apresentadas propostas demonstra, só por aí, a importância crucial do ECD. A participação e intervenção de cada um determinará se a revisão que se anuncia constituirá mais um aprofundamento da crise de identidade profissional ou, pelo contrário, um passo decisivo no sentido da valorização e dignificação da profissão docente. ▶

O que pode estar em causa com a revisão do Estatuto da Carreira Docente? Que alterações pretenderá o Ministério da Educação (ME) introduzir?

Importa esclarecer que, até ao fecho desta edição, ainda não era conhecida qualquer proposta nesse sentido. No entanto, é possível antecipar – a partir de declarações de responsáveis do ME, nomeadamente da ministra – algumas das principais intenções de mudança no actual ECD.

**Fim da carreira única.** A consagração da carreira única foi, no quadro do actual ECD, o reconhecimento de que, para lá da diversidade de formações académicas, de situações profissionais e de sectores de ensino, há um saber comum de todos os docentes, que reforça a ideia da sua pertença a uma só profissão.

As alterações previstas no plano de formação inicial dos docentes, à luz do processo de Bolonha, apontam para que a futura formação de educadores e professores se faça em dois ciclos: 1º ciclo (3 anos) para a Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico; 2º ciclo (4 anos) para os 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e para o Ensino Secundário.

O SPN e a Fenprof já se manifestaram contra esta intenção, que prefigura um claro retrocesso no caminho já percorrido no sentido do reconhecimento da importância estratégica de todos os sectores de educação e de ensino no quadro do sistema educativo. Mas, se passar, esta dualidade de formações terá igualmente consequências ao nível do ECD, com a consagração de duas carreiras docentes distintas.



ana alvim

## Revisão do ECD: perspectivas

**Carreira hierarquizada.** São conhecidas as declarações da ministra da Educação que apontam para a ideia de que não é aceitável uma carreira em que todos os docentes têm a possibilidade de chegar ao topo. Esta posição levou Maria de Lurdes Rodrigues a ressuscitar a ideia de uma carreira “por níveis”, com diversos patamares, aos quais se ascenderia através de processos de avaliação de mérito.

Esta posição não se dissocia do processo de aplicação do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), que, como é sabido, preconiza a introdução de quotas na progressão na carreira, em nome do estímulo do mérito profissional, mas que, essencialmente, e tal como o SPN e a FENPROF já denunciaram, tem fundamentalmente intuítos economicistas.

**Avaliação de desempenho.** Para alcançar os objectivos de imposição de uma carreira hierarquizada, é inevitável que o ME pretenda introduzir alterações no actual modelo de avaliação do desempenho, de forma a que esteja ao serviço de uma carreira pejada de bloqueamentos e obstáculos.

A complexidade associada à discussão desta questão não pode levar os educadores/professores a deixarem de debater, de forma aberta, as alterações a processar no actual modelo, tornando esse debate uma afirmação de consciência e dignidade profissional e uma rejeição das intenções que subjazem às declarações dos responsáveis do ME.

**Condições de exercício.** Em primeiro lugar, o ME vai querer assumir como facto consumado tudo o que já foi feito neste ano lectivo, no sentido de “mexer” num capítulo tão importante como o do horário de trabalho, nomeadamente com os despachos relativos às componentes lectiva e não lectiva. Mas também poderão estar em causa mudanças em questões relativas ao regime de férias, faltas e licenças. ▶

A.T.S.

## O regime de autonomia e gestão das escolas prevê a realização de eleições em Abril e Maio. A defesa da gestão democrática passa, também, pela participação empenhada dos educadores e professores nos processos eleitorais.

O Tribunal Constitucional (TC) chumbou, muito recentemente, um novo decreto legislativo para a gestão das escolas na Região Autónoma da Madeira (RAM) – os conselheiros entendem que a disposição que estipula que o Conselho Executivo não é eleito, mas seleccionado (por concurso) pelo Conselho da Comunidade Educativa/Assembleia de Escola, viola os princípios de democraticidade e participação consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo e na Constituição.

Esta decisão, de grande importância para as escolas da RAM, que se encontram numa situação precária de gestão interina desde 2003, foi criticada por Alberto João Jardim, para quem “há uma certa incongruência no facto de ser considerada inconstitucional a pretensão do Governo Regional de querer disciplinar as escolas”.

Mas o alcance desta declaração de inconstitucionalidade ultrapassa as fronteiras regionais e vai de encontro à posição do anterior Presidente da República, Jorge Sampaio, que, em Julho de 2004, vetou a nova Lei de Bases da Educação – aprovada pelo Governo de coligação PSD/CDS-PP –, alegando, entre outras razões, “fundadas dúvidas de constitucionalidade” das normas respeitantes à gestão das escolas, que visavam a sua profissionalização.



ana alvim

# Eleição dos órgãos de direcção e gestão das escolas

A posição do TC ganha, ainda, particular acuidade com a divulgação, em finais de Abril, do “Relatório Económico de Portugal 2006”, em que a OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos] identifica problemas em várias áreas e aponta soluções.

Na área da Educação (administração escolar), uma das explicações apontadas para o problema identificado como “autonomia das escolas apenas no papel” prende-se com o sistema de selecção dos “directores” das escolas e o facto de serem eleitos por três anos, de entre o corpo docente do respectivo estabelecimento de ensino, para “lidar sobretudo com tarefas administrativas e sem preparação para tomarem iniciativas ou assumirem outras responsabilidades”.

A OCDE critica, ainda, o facto de, supostamente, não ser exigida nenhuma formação prévia, ou em contexto de trabalho, para se estar à frente de uma escola ou agrupamento. Entre as medidas sugeridas, salientam-se “o reforço dos processos de selecção e formação dos directores de escolas”, criando incentivos para quem queira enveredar por essa carreira e, numa segunda fase, atribuindo-lhes mais responsabilidades, nomeadamente a de poder escolher os professores.

### Um direito a exercer

Em Portugal, a eleição dos órgãos de gestão das escolas tem uma importância política e simbólica inquestionável. Durante a I República, os reitores deixaram de ser nomeados, passando a ser eleitos pelos conselhos escolares – direito reconquistado com o 25 de Abril.

Mas os direitos valem pouco, se nos demitirmos de os exercer. Pelo que importa dinamizar processos eleitorais para os diversos órgãos, participar na elaboração e discussão de projectos e escolher democraticamente quem queremos ver na gestão da nossa escola, conferindo legitimidade e confiança a quem exerce o cargo.

Não é possível dissociar a gestão de uma escola do seu projecto educativo. Não se educa na/para a cidadania democrática se a própria escola não promove o exercício de direitos essenciais. São esses direitos, de participação e eleição, que nos cabe defender – agora e sempre. ▶

# ME marginalizou autarquias no encerramento de escolas

**Em Braga, “o assunto não foi a reunião de Câmara, nem de Assembleia Municipal, pois foi uma decisão do Ministério da Educação”. Em Caminha, “não há qualquer deliberação no sentido de encerrar escolas”. Em Vimioso, “a Câmara e a Assembleia Municipal não se pronunciaram sobre a matéria em causa”. Em Freixo de Espada-à-Cinta, “nenhum dos órgãos do município deliberou sobre o encerramento de escolas”. E em Vila Pouca de Aguiar, apesar do elevado número de escolas a encerrar, “não foi aprovada qualquer proposta em Assembleia Municipal”.**

Os exemplos acima são apenas algumas das respostas de autarquias da área geográfica do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) ao pedido de envio da “certidão de teor da acta da reunião (de Executivo ou Assembleia Municipal) em que foi deliberado ou aceite o encerramento das escolas”. Da análise às respostas, conclui-se que, em muitos casos, o processo de encerramento de escolas não foi objecto de acordo com as autarquias, confirmando, mais uma vez, que o Ministério da Educação (ME) não cumpre o que decreta, persistindo numa atitude de tudo querer decidir sozinho.

Outras autarquias responderam que “ainda não foi deliberado”, o que pode pressupor alguma negociação em curso – ou não! Outras, ainda, assumem que “a abertura e o encerramento de

escolas é da competência do ministério, pelo que não há qualquer deliberação do órgão executivo”, ou que “a decisão do encerramento adveio do Ministério da Educação. Ao município só foi solicitado o transporte e alimentação, solicitação aceite”. Casos há, também, de autarquias que procuram resistir a este encerramento administrativo, dando “parecer desfavorável à proposta da DREN”, porque “constitui uma iniciativa não previamente programada e não desejada”.

A solicitação do SPN surgiu num contexto de clarificação de afirmações da ministra da Educação. Confrontada com a iminência do encerramento de 1.500 escolas, Maria de Lurdes Rodrigues responsabilizou “as próprias autarquias”, que, alegadamente, em “muitos mais casos”, assinalaram os estabelecimentos sem condições de funcionamento. Logo, presume-se, o ME nada teria a ver com o assunto, tanto mais que, em Novembro de 2005, a própria ministra anunciara o encerramento de apenas meio milhar de escolas.

Perante esta atitude de desresponsabilização – um *must* desta equipa do ME –, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) reuniu com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), que “não aceita que sejam 1.500 as escolas a encerrar este ano”. De onde se pode concluir que os responsáveis ministeriais mentem quando afirmam que “o processo está a ser negociado com as autarquias e que estas estão de acordo”.



paulo pessanha

## Contradições

Mas, afinal, o que é que os municípios têm a ver como o encerramento das escolas?

Uma rápida consulta a vários documentos legais desfaz qualquer dúvida. O processo de encerramento das escolas deverá passar por um processo de negociação com as autarquias. Assim mandam as competências municipais plasmadas na Lei nº 159/99 de 14 de Setembro, que estabelece ser da responsabilidade da edilidade a elaboração das cartas escolares a integrar no plano director. A *carta educativa* é um “instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho”, e a sua elaboração deverá acontecer “num contexto de descentralização administrativa” e – pasme-se! – de reforço da “valorização do papel das comunidades educativas e dos projectos educativos das escolas”. Nesta perspectiva, compete às direcções regionais de educação “a articulação da sua acção com a das autarquias” (Decreto Regulamentar nº 7/2004), “em especial no que diz respeito à elaboração das cartas educativas”.

Foi com a ideia do estreitamento da colaboração e articulação que o ME e a ANMP protocolaram que a *carta educativa* fosse elaborada por “um grupo de trabalho constituído por um representante da Câmara Municipal, um representante do Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo do Ministério da Educação e um representante da Direcção Regional de Educação”.

E quando tudo fazia prever que, finalmente, estávamos perante uma acção negociada e concertada, eis que as mesmas entidades estabelecem um “Acordo Relativo a Cartas Educativas e Rede do 1ºCEB” em que os municípios se comprometem “a adaptar as cartas educativas já existentes ou a efectuar, incorporando nelas, os *ajustamentos e clarificações* a definir pelo Ministério da Educação”, o que fazia prever que o único responsável por estes ajustamentos e clarificações fosse a entidade governamental – ainda assim, o acordo não deixa de referir que estas acções, atribuídas às direcções regionais, deverão resultar da colaboração com os municípios “na procura de soluções” e “na definição de um plano de requalificação do 1ºCEB”.

### Negociação é conceito-chave

No essencial, o SPN/Fenprof considera que a abordagem a esta matéria deve ser feita caso a caso, admitindo a eventualidade de encerramento de escolas desde que, além da vertente administrativa (número de alunos), sejam levados em conta aspectos relevantes como a distância para a escola de acolhimento, as condições e duração das deslocações e a qualidade do acolhimento às crianças na nova escola.

Questão central nesta problemática, como em tantas outras, é o entendimento que o SPN faz da exigência de um processo negociado e concertado, onde a opinião das comunidades, em particular as autarquias, assume um papel de destaque.

Mas, estamos conversados, para este ministério, *negociação* é uma palavra maldita... ▶



paulo pessanha

# Campanha por uma EPE pública de qualidade

Os estabelecimentos de Educação Pré-Escolar (EPE) são, reconhecidamente, locais privilegiados de aprendizagem. Neste contexto, a rede pública tem demonstrado, desde a sua criação, uma capacidade de resposta eficaz e de qualidade às crianças que a frequentam e às suas famílias, tanto no plano pedagógico como no social, sendo notoriamente uma mais-valia para o desenvolvimento global das crianças.

Ou seja, desde que o Estado decida investir, de facto, na Escola Pública, os estabelecimentos de EPE da rede podem, efectivamente, dar uma resposta social, anulando a falsa ideia – que, infelizmente, muitos ainda procuram transmitir – de que são espaços que não servem as famílias.

Mas enquanto persistirem a falta de informação e a deturpação da realidade, traduzida pela opinião de quem, fazendo uso do desconhecimento das populações, transmite uma falsa ideia do que hoje se vive numa grande maioria de jardins-de-infância públicos, mantém-se a necessidade de estabelecer canais de informação que contribuam para a clarificação das situações e o esclarecimento das populações.

É esse o objectivo da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), com a edição de um novo documento no âmbito da *Campanha Nacional em Defesa da Educação Pré-Escolar Pública*, iniciada em Fevereiro de 2005. Esse documento pretende recordar – e dar a conhecer à população, e em particular aos encarregados de educação – o protocolo assinado, em 1998, entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no sentido de implementar uma resposta social nos jardins-de-infância da rede pública, traduzida no prolongamento do horário de funcionamento para além da componente lectiva e no serviço de almoço, para que, desta forma, percebam e possam exigir a quem de direito uma resposta de qualidade.

A EPE pública tem que ser dignificada. Partir para soluções que entreguem o sector à iniciativa privada é negar o direito das crianças a uma educação pública, gratuita e de qualidade. ▶



**Seja exigente.  
Não aceite uma solução qualquer!**

## ABRIL

- 18. Plenário de dirigentes sindicais com redução, Porto ✓
- 19. Plenário de sindicatos da CGTP-IN, Lisboa ✓
- 25. Participação nas comemorações populares do 25 de Abril (várias localidades) ✓
- 26. Plenário da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, Lisboa ✓
- 27. “A Imagem Social dos Professores e o seu Estatuto” – seminário da Fenprof, Lisboa ✓

## MAIO

- 01. Participação nas actividades do 1º de Maio (várias localidades) ✓
- 02. Reunião da Fenprof com o chefe de gabinete do secretário de Estado Adjunto e da Educação, Lisboa ✓
- 05. Concentração/recepção ao primeiro-ministro no Europarque, Santa Maria da Feira ✓
- 05. Reunião de professores contratados de Técnicas Especiais, Lisboa ✓
- 05. Reunião do Departamento do Ensino Particular e Cooperativo da Fenprof, Lisboa ✓
- 08. Reunião da Comissão Executiva do SPN, Porto ✓
- 09. “Professor(a): Profissão Ameaçada?” – jornadas pedagógicas da Área Sindical de Santa Maria da Feira ✓
- 10. Visita às EB1 que vão encerrar e às de acolhimento do concelho de Vale de Cambra (Área Sindical de S. João da Madeira) ✓
- 13. Reunião do Fórum Social Português, Lisboa ✓
- 17. Reunião do grupo de trabalho do Estatuto da Carreira Docente da Fenprof, Lisboa
- 19. Manifestação Nacional da Administração Pública contra o Plano de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), Lisboa
- 20. Reunião do grupo de trabalho da Formação Sindical da CGTP-IN, Lisboa
- 25. Secretariado Nacional da Fenprof, Lisboa – continua no dia 26
- 29. “Profissão Docente: Que estatuto? Que carreira?” – jornadas pedagógicas da Área Sindical de Vila Real

## JUNHO

- 03. “A Sociedade, a Educação e os Direitos Sociais Básicos” – debates sociais na Área Sindical de Amarante (Baião)

**O relatório em que o Conselho de Ministros fundamenta a decisão sobre o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) deixa claras as reais intenções do Governo relativamente à Administração Pública, aos seus trabalhadores e às funções sociais do Estado.**

*Henrique Borges,  
Direcção do SPN*

# Reestruturação da Administração Central

## Património apetecível

O relatório começa por apresentar os princípios subjacentes ao trabalho realizado pela comissão que o elaborou.

“A avaliação das actividades desenvolvidas pela Administração Central com vista à determinação das que devem manter-se, extinguir-se ou ser transferidas para outras entidades públicas ou privadas” constitui o primeiro e preocupante princípio, que, com a “desconcentração” de funções para níveis regionais e locais, bem como a sua “descentralização” para a Administração Local – são expressamente referidas a Educação e a Saúde –, traduzem, na prática, uma diminuição do papel do Estado na prestação de funções sociais, abrindo claramente o caminho à sua transferência para o sector privado.

A necessidade de uma reforma na Administração Pública é sentida por todos. Contudo, discordamos da forma como está a ser planeada e elaborada, sem qualquer negociação com os trabalhadores; discordamos do sentido e dos objectivos definidos pelo Governo. As propostas apresentadas são de enorme amplitude e alcance, obrigando a um sem-número de explicações complementares: onde serão integradas, por exemplo, as funções dos organismos a extinguir? qual o futuro dos trabalhadores a eles adstritos?

Todo o processo parece estar subordinado a objectivos economicistas, entregando ao sector privado parte da estrutura e funções da Administração Pública e enfraquecendo o *Estado Social* com a perda de serviços aos cidadãos, o que favorece o agravamento das desigualdades sociais e regionais. A concepção de *menos Estado* deste Governo parece prosseguir, ampliando, os projectos dos dois anteriores, adequando as funções da Administração Pública ao predomínio do poder económico sobre o poder político.

Com o PRACE aprovado pelo Executivo do Partido Socialista são extintos o Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil e o Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, bem como a Direcção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança.

A redução dos actuais 18 serviços distritais do Instituto de Segurança Social para cinco não irá dificultar o acesso dos cidadãos a esses serviços? Não estará a ser posto em causa o direito à protecção da saúde, estabelecido no artigo 64º da Constituição? Ao liquidar importantes organismos com funções de fiscalização e normalização de actividades económicas, não se estará a facilitar a possibilidade de ilegalidades aos grandes grupos económicos? Que futuro destinará o PRACE ao valioso património do Instituto Nacional de Aproveitamento dos Tempos Livres (INATEL)? Qual o futuro das lojas do cidadão e das 36 pousadas da juventude?

O relatório que fundamenta a decisão do PRACE criou uma nova palavra para traduzir o conceito de privatizar – *externalizar*. E assim, no ponto dedicado à externalização, afirma-se que, “após uma análise cuidada das funções desempenhadas por cada organismo, deverá ponderar-se sobre a possibilidade da sua transferência para terceiros”. O que “poderá assumir diversas formas, que vão desde a empresarialização pública da função à privatização total”.

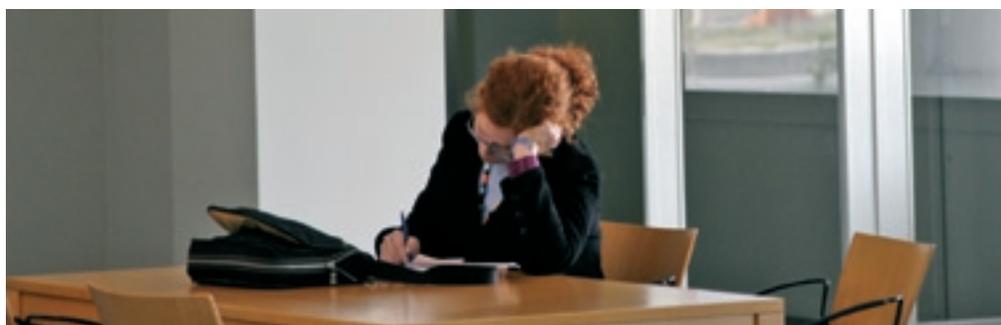
Uma coisa é certa: a concretização dos objectivos deste Governo irá ter graves consequências para os trabalhadores da Administração Pública e para a população em geral. A todos os cidadãos, aos trabalhadores e a todas as forças políticas e sociais, impõe-se agir. Exijamos a discussão pública destas propostas! ▶



O chamado *Processo de Bolonha* nunca foi isento de polémica. Na sua origem, esteve a “Declaração da Sorbonne”, assinada conjuntamente pelos ministros da Educação dos quatro maiores países europeus por altura da comemoração dos 800 anos daquela universidade francesa (25 de Maio de 1998). Alegadamente, o objectivo era “harmonizar a arquitectura do sistema de Ensino Superior europeu”; de facto, os quatro ministros procuravam um suporte político que sustentasse as reformas que pretendiam promover nos respectivos países.

# Origem e evolução do “Processo de Bolonha”

Mário Carvalho,  
Direcção do SPN



ana alvim

O facto de a iniciativa da Sorbonne ter partido dos chamados países ricos motivou uma reacção dos países mais pequenos, que não tinham sido previamente consultados.

Na mesma altura, discutia-se em França o chamado *Relatório Attali* (“Para um Modelo Europeu de Ensino Superior”), que referia: “Sem uniformizar os seus sistemas, os países da Europa deverão optar por uma certa harmonização de cursos e de diplomas e definir um modelo europeu específico, nem burocrático nem dominado pelo mercado. Só ele terá a dimensão necessária para sustentar a mundialização e promover os valores próprios de um continente onde, pela primeira vez na história moderna, foi criada uma universidade”.

O *Relatório Attali*, com recomendações para mudanças estruturais no sistema de Ensino Superior francês, propunha o famoso sistema 3-5-8, não sendo de estranhar que muita gente acreditasse que esse sistema era o proposto pela “Declaração da Sorbonne”. A referência à harmonização da arquitectura do Ensino Superior europeu também gerou polémica, porque houve quem a interpretasse como um apelo para currículos unificados em todo o continente.

É curioso referir que, na altura, um especialista (Guy Haug) produziu um extenso documento de análise que se pronunciava sobre o que dizia (e o que não dizia) a declaração, defendendo que os ministros que a subscreveram não tinham assinado um apelo para um “modelo” estandardizado 3-5-8. Mas é o mesmo Haug que reconhece as pressões governamentais em favor de formações mais curtas, primeiro para controlar a duração real dos cursos, aproximando-a da sua duração oficial (muitas vezes ultrapassada em 2 a 4 anos em muitos países), e depois para introduzir um primeiro nível de qualificação num país onde o sistema tradicional apenas oferecia cursos longos sem qualificação intermédia.

## De cimeira em cimeira

Um pouco em reacção à “Declaração da Sorbonne” – e porque, em 1988, em Bolonha, os reitores das universidades europeias já tinham subscrito a “Magna Charta Universitatum” –, realizou-se naquela cidade italiana (Junho de 1999) uma cimeira ministerial envolvendo 29 países.

A “Declaração de Bolonha”, então assinada, intitulava-se *The European Higher Education Area*. Para alcançar a harmonização e a uniformização dos sistemas de Ensino Superior a nível europeu, propunha-se aumentar a competitividade dos sistemas de ensino e promover a mobilidade e a empregabilidade no espaço europeu. Neste documento constam as primeiras linhas de acção:

- adopção de um sistema de graus facilmente compreensíveis e comparáveis;
- adopção de um sistema baseado em dois ciclos de ensino;
- estabelecimento de um sistema de acumulação e transferência de créditos;
- promoção da mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e outros trabalhadores, através da remoção de obstáculos administrativos e legais ao reconhecimento de diplomas;
- promoção da cooperação europeia na avaliação da qualidade do Ensino Superior;
- promoção da dimensão europeia do Ensino Superior.

Dois anos depois (Maio de 2001), em Praga, uma nova cimeira ministerial avaliou o progresso e definiu novas metas para o “Processo de Bolonha”, definindo três novas linhas de acção:

- inclusão de estratégias de aprendizagem ao longo da vida;
- envolvimento das instituições de Ensino Superior e dos estudantes como parceiros essenciais do processo;
- promoção do Espaço Europeu de Ensino Superior, quer a nível europeu quer mundial.

Foi também neste encontro que, entre outras entidades, a ESIB (Associações Nacionais de Estudantes na Europa) foi considerada membro observador e se juntou ao Grupo de Acompanhamento.

Uma nova reunião ministerial decorreu em Berlim, em Setembro de 2003, tendo sido decidido acelerar o processo através do estabelecimento de um prazo intermédio (2005) para a concretização das seguintes etapas:

- certificação da qualidade do Ensino Superior;
- adopção da estrutura de ensino baseada em dois ciclos principais;
- reconhecimento dos graus (licenciatura, mestrado, doutoramento) e períodos de estudo, através da emissão gratuita de um suplemento ao diploma, num idioma amplamente falado na Europa.

Os ministros consideraram necessário, ainda, alargar o objectivo de dois ciclos de estudo, pelo que adicionaram uma décima linha de acção: inclusão dos programas de doutoramento como um 3º ciclo, promovendo a ligação entre o Espaço Europeu de Ensino Superior e o Espaço Europeu de Investigação.

Finalmente, em Maio do ano passado, teve lugar a cimeira de Bergen, que deu mais um passo rumo ao objectivo de criar uma *Área Europeia de Ensino Superior* (AEES) até 2010, nomeadamente nas áreas das reformas curriculares e da garantia de qualidade – vista como condição para aumentar a atractividade e competitividade das instituições de Ensino Superior, a AEES substituirá a actual diversidade nacional por um só modelo, com programas e créditos válidos em toda a área.

Em Bergen, o Grupo de Acompanhamento do “Processo de Bolonha” comprometeu-se a:

- reforçar a dimensão social do Processo;
- remover os obstáculos à mobilidade até 2007;
- implementar as linhas orientadoras da gestão/certificação da qualidade;
- implementar as estruturas nacionais de qualificações;
- criar e reconhecer diplomas conjuntos;
- criar percursos flexíveis de aprendizagem.

Só em Bergen a conferência ministerial reconheceu oficialmente o pessoal académico (representado pela Internacional de Educação) como membro consultivo no “Processo de Bolonha”. A próxima conferência realizar-se-á em 2007, em Londres.



ana alvim

## Constatações

Para terminar, duas notas relativamente a todo este percurso.

A primeira, para constatar, não sem surpresa, que um longo caminho foi percorrido por um elevado número de países em cerca de oito anos. É frequente ver-se a dificuldade de concertação de políticas no interior da União Europeia (UE), mas não foi este o caso; a concertação foi rápida e extravasou em muito o âmbito da UE – actualmente, o “Processo de Bolonha” tem como objectivo, até 2010, estabelecer uma AEES composta por 45 países, da Europa à Ásia.

Uma segunda nota, para constatar que o que estão a procurar impor-nos hoje é, de facto, o modelo 3-5-8 de que se falava em 1998 (!) e que o que está na linha da frente das preocupações dos decisores políticos europeus, como sempre esteve, é a competição com os Estados Unidos da América, particularmente num quadro de discussões da Organização Mundial de Comércio sobre a liberalização dos serviços, e do Ensino Superior em particular. ▶



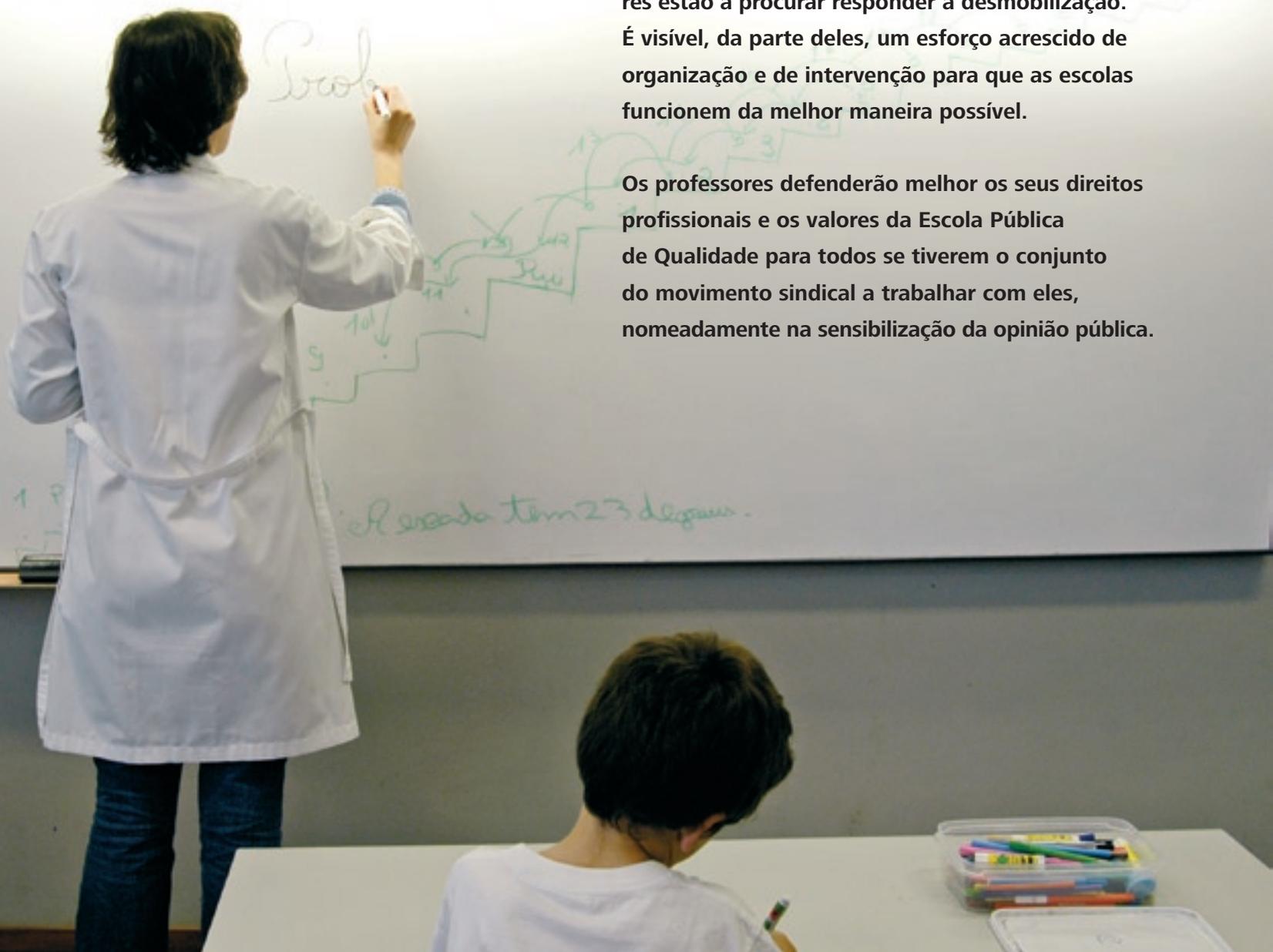
*José Paulo Oliveira,  
jornalista*

*Carvalho da Silva  
em entrevista à «SPN-Informação»*

## 1º de Maio será sempre significativo

Com grande sentido de coragem e solidariedade, naquilo que é da sua responsabilidade, os professores estão a procurar responder à desmobilização. É visível, da parte deles, um esforço acrescido de organização e de intervenção para que as escolas funcionem da melhor maneira possível.

Os professores defenderão melhor os seus direitos profissionais e os valores da Escola Pública de Qualidade para todos se tiverem o conjunto do movimento sindical a trabalhar com eles, nomeadamente na sensibilização da opinião pública.



ana alvim

**“Há 120 anos que caminhamos no sentido da natural redução do horário de trabalho, fundamentada em razões económicas, sociais e tecnológicas, entre outras. Agora, 120 anos depois, aí está uma política de inversão dessa tendência, aumentando os horários de trabalho de forma directa e indirecta. E os educadores e professores sentem isso de forma bem acentuada”, considera Manuel Carvalho da Silva (MCS) em entrevista exclusiva à «SPN-Infomação». A propósito, deixou-lhes um expressivo apelo: “Não se calem! Informem a sociedade e a opinião pública das dimensões das injustiças e das contradições das políticas educativas do Governo! Não deixem que fique sobre vós a carga e a responsabilidade de um conjunto de problemas a que não podem responder! Intensifiquem a solidariedade!”**

Nas vésperas do 1º de Maio, fomos ao encontro do secretário-geral da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN) para uma conversa que, a par da histórica data, abordou temas como o “enriquecimento recíproco” da participação dos professores na central sindical e os desafios que os educadores e professores portugueses enfrentam hoje.

**O 1º de Maio é sempre um momento destacado na acção e na luta dos trabalhadores. Este ano, a data assume algum significado especial?**

**MCS:** A evocação do 1º de Maio na sociedade actual e nas sociedades do futuro, como se podem perspectivar, é e será sempre um momento muito sensível. E isto por uma razão profunda: as sociedades estão organizadas, e assim vão continuar, tendo o trabalho como base fundamental, com um papel estrutural e estruturante. O trabalho, em si, do ponto de vista geral da sua estruturação e nas suas formas de prestação, vai evoluindo, e muito, mas permanece na base da organização e funcionamento das sociedades. Ora, se o trabalho tem este papel relevante, o 1º de Maio, que faz a evocação do seu valor, é sempre um momento significativo, tanto mais quando as realidades concretas dos países no plano político e económico têm situações de choque com valores do trabalho.

Observamos, hoje, em Portugal, que precisamos de fazer um grande esforço para recentrar a discussão sobre os problemas com que se deparam os trabalhadores em todos os sectores.

Sempre que os poderes políticos dominantes anunciam crises – e fazem-no ciclicamente –, a única receita que apresentam para as resolver é pedir mais sacrifícios aos trabalhadores: sacrificar o emprego, os salários, os direitos em geral. E não assumem o debate e o confronto sobre as causas e as origens dos problemas que se vivem; não olham de frente para os problemas estruturais com que o país se debate. Fazem uma fuga que parece simplista, mas tem forte conteúdo de classe, passando inevitavelmente pela imposição de mais e mais sacrifícios aos trabalhadores e à população em geral.

josé paulo oliveira



**Essa política não afecta apenas os trabalhadores...**

**MCS:** Sem dúvida. Há alguns observadores, e até cientistas sociais, que se debruçam com mais profundidade sobre os problemas concretos da sociedade, que chamam a atenção para a necessidade de termos bem presentes as reivindicações de camadas da sociedade que não vivem hoje activamente, ou que ainda não viveram, o universo do trabalho, mas que têm de ser protegidos nos seus direitos, que não podemos abandonar e para as quais temos que encontrar caminhos. +

Dou como exemplo a juventude. Há muitos jovens até aos 25 anos, por exemplo, que não estão ainda no mercado de trabalho, mas que são cidadãos de corpo inteiro e uma camada que faz grande consumo, com direitos sociais nos mais diversos planos, ou como utentes, com direito à dignidade e a uma vida com um mínimo de condições sociais e financeiras.

Nestes casos, pensam alguns, há um excessivo enfoque no trabalho porque esses sectores não têm relação com o trabalho. Mas isso não é verdade. As disponibilidades e rendimentos financeiros dessa população para o consumo – e também dos mais idosos, que vivem das reformas – têm na sua essência a mesma origem: vêm das mais-valias que se produzem a partir do trabalho e são utilizados conforme a maior ou menor justiça que se assegura na distribuição dessas mais-valias que se produzem no trabalho.

**A CGTP mantém a aposta na unidade, na convergência e na acção conjunta de todos os trabalhadores. Continua a haver dificuldades neste caminho?**

**MCS.** No contexto actual, é muito importante que haja convergência de objectivos de todas as organizações e dos seus membros que se movimentam em torno das causas dos trabalhadores. Penso que, neste momento, é muito relevante que se observe uma unidade em aspectos essenciais, à volta de objectivos centrais comuns. Nesse sentido, julgo que se tem caminhado razoavelmente.

Agora, ao contrário do que as teorias dominantes tentam fazer passar, a sociedade vive confrontos ideológicos muito significativos. Há uma espécie de actuação feita pelo lado da aparente não ideologia, como se a não ideologia não fosse a outra face da ideologia...

Há um confronto ideológico imenso em torno de valores, de princípios. É um confronto um bocado surdo, mas que existe efectivamente.

Os factores de divisão que são lançados sobre a organização dos trabalhadores são extremamente intensos e isso dificulta a unidade do movimento sindical. Sobre os trabalhadores, são lançados factores

perturbadores da construção da solidariedade e do colectivo e isso repercute-se na organização e na dimensão da acção sindical.

Gostava de relevar o facto de haver hoje uma grande sintonia sobre os objectivos fundamentais com que se debatem os trabalhadores e o facto de, em torno de questões muito concretas, estar a desenvolver-se uma unidade crescente, com expressões bem visíveis na capacidade de mobilização, intervenção e disponibilidade.

E já agora, um comentário sobre as questões da ideologia. Recentemente, ouvimos o Presidente da Republica fazer um apelo, a propósito da inclusão social, para que se substitua o “eterno combate ideológico por uma ordenação de prioridades, metas e acções”.

Há aqui um desvio claro. O apelo é importante, mas não é com a substituição do eterno combate ideológico... Bem pelo contrário, há que partir da constatação dessa realidade, porque a situação que temos não é fruto de uma abstracção; é fruto de opções ideológicas muito concretas que foram definidas e concretizadas em políticas injustas. Há que destacar esta ideia: a sociedade actual está desarmada face à profundidade do confronto ideológico que vivemos, mas criou-se a ficção de que o problema não é de ideologia. No entanto, depois, se formos ver os diferentes conceitos e valores morais que uns e outros têm sobre, por exemplo, solidariedade, liberdade, igualdade (entre tantos outros), conclui-se que, afinal, as diferenças ideológicas e o confronto ideológico são imensos. E tudo isso se reflecte, naturalmente, na vida, na organização e, também, na forma de agir dos trabalhadores.



ana alvim

## 120 anos depois, o 1º de Maio e a realidade da acção e da luta dos trabalhadores continuam a ser temas de grande actualidade...

**MCS:** Se o trabalho se mantém com um lugar destacado na sociedade, podemos observar outro aspecto importante que confirma essa observação e que gostaria de partilhar com os leitores.

O 1º de Maio nasce de uma luta pelo estabelecimento de horários de trabalho, a que estavam associadas, inevitavelmente, duas matérias fundamentais: a afirmação, pelos trabalhadores, dos seus direitos colectivos e o combate à precariedade e à desregulação absoluta do trabalho. Estas causas são, ainda hoje, temas de vincada actualidade. É caso para dizer que, nestes 120 anos, houve muitas mudanças e muitas alterações no caminhar da sociedade e nas formas de prestação e organização do trabalho, muitas evoluções em diversos campos, mas as causas fundamentais que estruturam as reivindicações dos traba-

lhadores mantêm-se na sua essência.

O sistema capitalista continua e são muitas as injustiças e desigualdades que continua a produzir.

Repare-se neste pormenor: há 120 anos que caminhamos no sentido da natural redução do horário de trabalho, fundamentada em razões económicas, sociais e tecnológicas, entre outras. Hoje, 120 anos depois, aí está uma política de inversão dessa tendência, aumentando os horários de trabalho de forma directa e indirecta. E os professores sentem isso de forma bem acentuada, seja através da atribuição de funções que não se enquadram no seu estatuto profissional, seja através do aumento efectivo do horário de permanência

na escola, sem condições para o desenvolvimento de outro tipo de trabalho mais invisível, como é a preparação de aulas e de diferentes materiais, a correcção e avaliação do trabalho dos alunos, etc. Aproveito para deixar um desafio aos educadores e professores portugueses: que continuem a reflexão sobre o combate à precariedade e sobre a contratação colectiva – se não se cuidar da estruturação das suas trajectórias e carreiras profissionais, eles perdem muito; perde todo o sistema de ensino e perde o país – e que lutem contra os rumos que as coisas estão a tomar.

### A precariedade é uma inevitabilidade da evolução tecnológica, como alguns tentam fazer passar?

**MCS:** Antes de responder concretamente à questão, um breve comentário: ao longo destes 120 anos, observa-se uma relação muito profunda entre o viver a democracia, viver com liberdades, e a segurança no trabalho. Sempre que a democracia enfraquece ou não existe, a segurança no trabalho também enfraquece ou não existe.

Agora diz-se por aí, de facto, que as formas de precariedade do trabalho são uma inevitabilidade da evolução tecnológica e de outros ventos de mudança. Mas isso é uma mentira. Podia dar imensos exemplos dos tempos anteriores ao 25 de Abril da prática de precariedade no trabalho, que era quase generalizada: nas vésperas da Revolução, 70 por cento dos docentes eram “provisórios” e “eventuais”; dos 28 mil trabalhadores dos CTT, apenas cinco mil tinham vínculo com a empresa, e mesmo esses podiam ser despedidos por motivos ideológicos e outros.

Hoje, entre os professores, vive-se o drama de anunciadas fusões e extinções de escolas, o que inevitavelmente se irá reflectir na instabilidade do corpo docente, a qual, ao contrário do que seria desejável para o próprio sistema educativo, tenderá a aumentar, se não conseguirmos todos travá-la. +



ana alvim

# “Intensifiquem a solidariedade!”

## Que apreciação se pode fazer hoje à presença dos sindicatos de professores na CGTP-IN?

**MCS:** Há um enriquecimento recíproco, penso que esta é a primeira análise que se pode fazer.

Todo o processo de aproximação aos momentos de filiação e os períodos posteriores trouxeram para dentro da central um salto qualitativo no debate sobre os problemas do ensino, da educação e da formação. Isso é bem visível nas tomadas de posição da CGTP e na sua dinâmica, com acções e propostas que temos construído e apresentado.

O sector do ensino enfrenta hoje uma ofensiva suportada numa lógica neoliberal que reduz tudo a medidas exclusivamente baseadas em indicadores economicistas, com um cortejo de consequências muito negativas, não só para a situação sócio-profissional dos docentes (emprego, carreiras, concursos, etc.), como para a situação que se vive nas escolas e no sector do ensino em geral.

Penso que a acção e a resistência dos educadores e professores e a sensibilização da opinião pública para os combates que travam seriam muito mais frágeis se não houvesse o envolvimento do movimento sindical. Vivemos um tempo em que eles têm de ter cada vez mais consciência de que só defenderão as suas condições profissionais e os valores da Escola – desde logo, de uma Escola Pública de Qualidade para todos, pela qual sempre lutaram – se tiverem o conjunto do movimento sindical a trabalhar com eles, nomeadamente na sensibilização da opinião pública.

As mensagens de carácter retrógrado, conservador, neoliberal, muitas vezes feitas sobre conteúdos falsos, atravessam a sociedade e dificultam o combate. Os professores enfrentam hoje uma ofensiva muito complicada, a que têm de responder, fazendo alianças sociais tendo presente as questões mais profundas da sociedade.

Como disse anteriormente, não tem havido respostas por parte do poder para os problemas estruturais do país: o défice da organização e gestão, quer no sector privado, quer no público; o défice de qualificação dos portugueses, onde a Escola precisa de desempenhar um papel extraordinário; o défice de respeito pelas

leis, que desvia do interesse colectivo imensos volumes de dinheiro, fruto da fuga aos impostos e às contribuições para a Segurança Social – estes são três défices estruturais com que nos debatemos. Ao mesmo tempo, há uma ruptura de solidariedades muito grande. E também um escamotear de responsabilidades.

Para onde é que isto nos conduz?

Posso dar um exemplo em relação à Escola. Escondem-se as causas destruidoras da organização da sociedade e da família, e depois, como a Escola é a instituição de reprodução social mais visível, atiram-se para cima dela todas as responsabilidades. Isto, naturalmente, gera rupturas de solidariedade. São problemas complexos, no centro dos quais se encontram os professores, que, mesmo neste contexto, têm sabido responder com a sua luta e a sua intervenção.

O Governo esconde e escamoteia os problemas de fundo, avançando com a exigência de mais sacrifícios para quem trabalha, ao mesmo tempo que insiste em práticas altamente negativas. Uma delas é o conjunto de promessas que são feitas publicamente e que depois não se cumprem. Outra é a criação de falsas expectativas – veja-se, por exemplo, a forma ligeira como se tratou recentemente a questão dos índices estatísticos do desemprego. Outra, ainda, é, com o simples anúncio de um programa ou de uma medida, tentar vender a ideia de que está ali mais uma reforma.



ana alvim

josé paulo oliveira





ana alvim

### **Como é que a CGTP analisa a situação que está a ser criada nas escolas com as medidas avulsas e precipitadas deste Governo?**

**MCS:** O Governo vem assumindo um conjunto de medidas políticas de carácter social e laboral cheias de contradições e injustiças. Às vezes, do ponto de vista do enquadramento geral, as coisas até parece terem alguma lógica e algum fundamento, mas as contradições e injustiças que estão por detrás dessas medidas são de tal ordem que os profissionais não são mobilizados. E no sector do Ensino isto é muito sentido. Está a ser demolidor; está a produzir-se uma desmobilização preocupante.

Com grande sentido de coragem e solidariedade, naquilo que é da sua responsabilidade, os professores estão a procurar responder, mesmo que às vezes sejam injustamente tratados. É visível, da parte deles, um esforço acrescido de organização e de intervenção, para que as escolas funcionem da melhor maneira possível. Mas as contradições e injustiças que continuam a ser lançadas sobre eles não permitem que este imenso e estratégico conjunto de profissionais se mobilize para ajudar a transformar.

E como as transformações sociais, em última instância, são feitas pelas pessoas e pela sua acção, sem a plena participação dos educadores e professores não há mudanças sólidas e dinâmicas capazes de garantir um futuro melhor.

### **O encerramento de escolas do 1º Ciclo é um exemplo concreto dessas medidas...**

**MCS:** Sem dúvida. Do ponto de vista geral, nomeadamente quando se prometem melhores condições pedagógicas, até parece haver alguma lógica. Mas, depois, vamos ver bem e lá aparecem contradições associadas a factores de ruptura da coesão de diversa ordem: territorial, económica, social, etc. Esta política não ajuda a resolver problemas; pelo contrário, agrava-os. E uma das áreas em que mais temos de denunciar as consequências gravosas da política deste Governo é o ensino.

Por isso, eu digo aos educadores e professores portugueses que não se calem. Informem a sociedade e a opinião pública das dimensões das injustiças e das contradições das políticas educativas do Governo! Não deixem que fique sobre vós a carga e a responsabilidade de um conjunto de problemas a que não podem responder! Intensifiquem a solidariedade! ▶



ana alvim

Em 1886, o presidente norte-americano Andrew Johnson promulgou a lei que estabelecia 8 horas de trabalho diário, mas ela não foi aplicada. Por isso, os sindicatos decidiram realizar uma greve geral a partir de 1 de Maio. Nesse dia, 190 mil trabalhadores aderiram à jornada de luta, enquanto outros 150 mil atingiram esse objectivo apenas com a ameaça de greve.

## História com 120 anos

Nesse dia, 80 mil pessoas manifestaram-se em Chicago, convocadas pelo líder sindical Albert Parsons. A movimentação era um êxito, e a sindicalização aumentava. Mas nem tudo foi pacífico: em Milwaukee, a repressão policial redundou em nove vítimas mortais; nas ruas de Filadélfia, Louisville, St. Louis, Baltimore e Chicago, houve confrontos entre manifestantes e polícia; naquela última, os patrões fizeram *lock-out*, o que agravou o conflito, com mais de 40 mil operários em pé de guerra nos dias 2 e 3 de Maio.

No dia 3, um novo levantamento – desta vez, operários madeireiros que escutaram August Spies. Enquanto o líder anarquista alemão falava, um grupo afastou-se da concentração e atacou os fura-greves que saíam de uma serração onde 1.200 pessoas tinham sido despedidas. Os confrontos acabaram com a chegada da polícia, que disparou sobre os manifestantes em fuga. Resultado: 6 mortos e pelo menos 50 feridos.

O dia 4 de Maio iria ficar por muito tempo na memória dos Estados Unidos. Logo de manhã, a polícia dispersou pela força uma manifestação de 3 mil grevistas, mas foi à tarde que ocorreram os acontecimentos de maior transcendência e gravidade.

A concentração, autorizada, prolongou-se bastante, com vários oradores (Spies, Parsons e Fielden). Perto das 22 horas, perante a ameaça de chuva, parte dos participantes retiraram-se.

Um inspector da polícia – odiado em Chicago pelos seus antecedentes de brutalidade e sadismo – que entendia que o comício já tinha terminado, dirigiu-se ao local da concentração para dispersar quem lá se encontrasse, levando consigo 180 homens. Entretanto, alguém atirou uma bomba contra a polícia, causando um morto e vários feridos. Imediatamente, a polícia abriu fogo sobre os operários que presenciavam o comício, matando vários e ferindo cerca de 200.

### Um tribunal de farsa

Neste cenário, que melhores acusados da morte do agente da polícia do que os líderes do movimento grevista?

Ordenada a prisão do inglês Samuel Fielden, dos alemães August Spies, Michael Schwab, Georg Engel, Adolf Fischer e Louis Lingg, e dos norte-americanos Oscar Neebe e Albert Parsons, quase todos foram detidos em escassos dias.

O julgamento foi uma farsa: o procurador utilizou-o como trampolim para as suas ambições políticas e o juiz violou todas as normas processuais, determinando, por exemplo, um julgamento colectivo e não individual, o que favoreceu a admissão de todo o tipo de provas contra os acusados, incluindo de carácter ideológico; a escolha dos jurados não foi pelo método habitual (retirar de uma caixa nomes ao acaso), em vez disso, o procurador designou um meirinho para os seleccionar.

A 28 de Agosto, o júri condenou os oito acusados à morte. Contudo, dois viram a pena comutada em prisão perpétua (Fielden e Schwab) e um em 15 anos de prisão (Neebe).

A arbitrariedade foi tão manifesta que a defesa apelou imediatamente, confiando na realização de novo julgamento com base nos muitos vícios processuais comprovados. Porém, o apelo seria negado em Setembro. Nessa altura, foi permitido aos acusados falarem (**ver caixa**).

O suicídio de um deles na véspera da execução (Louis Lingg) não impediu que a sentença se cumprisse para os quatro companheiros: Spies, Fischer, Parsons e Engel foram executados a 11 de Novembro de 1887 – meio milhão de pessoas assistiram ao cortejo fúnebre.

Um ano depois, o processo foi reaberto e os três réus não executados foram libertados. ▶

## Os mártires de Chicago

**Engel:** “Aqui também, nesta ‘República Livre’, no país mais rico da terra, há muitos operários que não têm lugar no banquete da vida e que, como párias sociais, se arrastam numa vida miserável. Aqui, tenho visto seres humanos à procura de algo com que matar a fome nos contentores do lixo das ruas”

**Fielden:** “Os operários não podem esperar nada da legislação. A lei é apenas um biombo para aqueles que os escravizam”

**Fischer:** “Em todas as épocas, os poderosos acreditaram que as ideias de progresso se abandonariam com a repressão de alguns agitadores; hoje, a burguesia julga deter o movimento reivindicativo proletário com o sacrifício de alguns dos seus defensores”

**Lingg:** “Os Estados Unidos são um país de tirania capitalista e do mais cruel despotismo policial”

**Parsons:** “Permitam-me falar, ó homens da América! Deixe-me falar, xerife Matson! Deixai que se escute a voz do povo!”

**Schwab:** “Chamar justiça aos procedimentos seguidos neste processo seria uma burla. Não se fez justiça, nem se poderia ter feito, porque quando uma classe enfrenta outra, a sua mera suposição é uma hipocrisia e uma maldade”

**Schwab:** “Quatro horas de trabalho por dia seriam suficientes para produzir tudo o que é necessário para uma vida confortável, atendendo às estatísticas. Sobraria tempo para a dedicação às ciências e à arte. Isso é o que o socialismo propõe. Há quem diga que isso não é norte-americano; será norte-americano fomentar a miséria e o crime?”

**Spies:** “Chegará o tempo em que o nosso silêncio será mais poderoso do que as vozes que vós esmagais”



Durante a ditadura, o 1º de Maio tinha uma comemoração clandestina, alvo de intensa repressão policial. A concepção oficial era que os interesses dos trabalhadores e dos patrões se fundiam num interesse único.

A Revolução dos Cravos foi um acto militar de libertação de grande significado, mas foi a movimentação popular do dia 1 de Maio seguinte que lhe deu sentido de rumo.

Para o 1º de Maio ser feriado em 1974, impôs-se desde logo uma intensa luta com a Junta de Salvação Nacional, porque o general António de Spínola não queria o feriado. Quando condecorou a CGTP-IN nos seus 25 anos, o doutor Mário Soares até relatou interessantes pormenores dessa situação – por exemplo, o Spínola tinha medo que os trabalhadores e o povo marcassem nas ruas o rumo da Revolução. Ele lá sabia porquê...

As comemorações do 1º de Maio de 74 tiveram um profundo cariz popular, mas foram convocadas pelos sindicatos. A organização das jornadas foi dos sindicatos da Intersindical, e isso implicou muita luta ao longo de décadas.

Antes do 25 de Abril de 1974, comemorar o Dia Internacional do Trabalhador era um acto heróico: havia prisões e uma repressão brutal. Era comum, nas vésperas do 1 de Maio, a prisão de numerosos sindicalistas e outros democratas – as chamadas prisões preventivas – para tentar evitar a dinamização das actividades e das movimentações que evocavam a histórica data.

No passado, como nos dias de hoje, a celebração do 1º de Maio marca a dignificação e o valor que a sociedade tem que dar ao trabalho e ao trabalhador.

Hoje, convém recordar que para a democracia existir efectivamente tem que ser vivida. Não podemos esquecer isso. Todos os dias temos que assumir os nossos deveres, mas também os nossos direitos – cívicos e sindicais.

## O 1º de Maio antes do 25 de Abril

## Área Sindical de Vila Real

### Jornadas Pedagógicas (Aula Magna da UTAD)

#### 26 de Maio

##### Escola – Espaço de Intervenção e Cidadania

- 09h30 Abertura
- 10h00 Indisciplina e violência no espaço escolar  
· Sandra Benfica (Direcção Nacional do Conselho Português para a Paz e Cooperação)  
· Testemunhos de escolas
- 14h30 Encerramento de escolas  
· Rui Pedro Silva (Direcção do SPN)  
· Representantes de autarquias

#### 29 de Maio

##### Profissão Docente: Que Estatuto? Que Carreira?

- 09h30 Abertura
- 10h00 Direitos e deveres profissionais como núcleo estruturante do ECD  
· Adriano Teixeira de Sousa (Secretariado Nacional da Fenprof)  
· Manuela Mendonça (Secretariado Nacional da Fenprof)
- 14h30 Perspectivas para a revisão do ECD  
· Mário Nogueira (Secretariado Nacional da Fenprof)

#### Público-alvo: docentes de todos os sectores de educação e ensino

Inscrições: até 22 de Maio na/para Delegação do SPN em Vila Real

(solicitar dispensa ao abrigo do Despacho Normativo 185/92, com, pelo menos, 5 dias de antecedência)

Sócios: gratuito / Não sócios: 1 dia – 12€50; 2 dias – 25€



#### consultório jurídico

### Destacamento por condições específicas

Os docentes dos quadros podem ser opositores ao concurso de destacamento por condições específicas desde que se encontrem numa das seguintes situações:

a) sejam portadores de doença incapacitante ou tenham a seu cargo o cônjuge, ascendente ou descendente com doença incapacitante nos termos do Despacho Conjunto nº A-179/89-

XI, de 12 de Setembro;

b) sejam portadores de doença ou deficiência que exija tratamento e/ou apoio específico que só possa(m) ser assegurado(s) fora do concelho do estabelecimento de educação ou de ensino em que se encontram colocados ou que dificulte a locomoção, exigindo meios auxiliares de locomoção;

c) tenham a seu cargo o cônjuge, as-

cedente ou descendente portador(es) de doença ou deficiência nos termos mencionados na alínea b) que exija um constante e especial apoio a prestar em determinado concelho.

A candidatura deve ser instruída com relatório médico que ateste e comprove a situação de doença ou deficiência. Nos casos previstos nas alíneas b) e c), os candidatos devem apresentar, ainda,

uma declaração passada por estabelecimento hospitalar público ou privado, da qual deve constar menção da impossibilidade de o tratamento ou apoio a prestar ser efectuado noutra concelho. A apresentação a concurso decorrerá pelo prazo de cinco dias úteis após a publicação do aviso de publicitação da lista definitiva de colocação dos concursos interno e externo. ▶

#### índice · Abril

#### I Série A

##### 07. Declaração de Rectificação 23/06

Rectificação do Decreto-Lei 24/06, do Ministério da Educação, que altera o Decreto-Lei nº 74/04, de 26 de Março, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular, bem como da avaliação das aprendizagens, no nível secundário de educação, publicado no Diário da República nº 26, I Série, de 6 de Fevereiro.

##### Decreto Legislativo Regional 5/06

[Açores] Estabelece o regime jurídico da Educação Especial e do Apoio Educativo relativamente aos requisitos das crianças e jovens com necessidades educativas especiais ou com dificuldades de aprendizagem que impeçam o sucesso educativo.

##### 26. Lei 15/06

Fixa os termos da avaliação de desempenho da Administração Pública, criado pela Lei nº 10/04, de 22 de Março, e determina a sua revisão no decurso de 2006.

#### I Série B

##### 10. Portaria 344/06

Estabelece os apoios financeiros a vigorar durante o ano lectivo de 2005-2006 nas escolas particulares de Educação Especial.

##### 11. Portaria 353/06

Estabelece os apoios financeiros a vigorar durante o ano lectivo 2005-2006 nas associações e cooperativas do Ensino Especial.

##### 19. Despacho Normativo 25/06

Altera o Despacho Normativo nº 338/06, de 21 de Outubro, que apro-

va o regime de avaliação dos alunos do Ensino Secundário.

##### 24. Decreto Legislativo Regional 15-A/06/M

[Madeira] Regula o concurso para selecção e recrutamento de pessoal docente da Educação Pré-Escolar e dos ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma da Madeira.

##### Portaria 390/06

Determina a publicação da relação das verbas que couberam especificamente a cada município, no ano de 2005, relativas à compensação dos encargos com transportes escolares dos alunos dos 7º, 8º e 9º anos de escolaridade.

#### II Série

##### 05. Aviso

Classificações profissionais.

##### 06. Aviso

Classificações profissionais.

##### 18. Despacho 8.461/06

Determina a data limite para requisições e destacamentos em regime especial.

##### Aviso

Classificações profissionais.

##### 24. Aviso

Abertura do concurso para o Ensino Especial na Região Autónoma da Madeira.

##### 28. Aviso

Abertura do concurso de educadores de infância e de professores dos ensinos Básico e Secundário para o ano escolar 2006/2007 para a Região Autónoma da Madeira. ▶

SPN/Famalicão comemorou Revolução dos Cravos

## Não há flor sem tempo

Parece ser moda, no seio dos comentadores políticos, que as comemorações do 25 de Abril de 1974 padecem de significado.

“Já existe muita população portuguesa nascida após...”. Após o 1 de Dezembro de 1640 também, e não é por isso que deixamos de comemorar a restauração da independência. Ou não?

“Já está garantida a Democracia”. A República também, e não é por isso que deixamos de comemorar o 5 de Outubro de 1910. Ou não?

“Blá, blá, blá”...

E blá-blás são as palavras que pretendem a amorfização dos sorvedores de opiniões alheias, sempre tidas como boas e jamais discutidas. Blá-blás são as palavras que pretendem envergonhar um povo da sua história, do seu ser e da sua cultura. Blá-blás são as palavras com que se pretende acomodar uma nação à moda, a valores de consumo e que se consomem de imediato, ao serviço dos seus criadores.

Desfraldem-se bandeiras na antecâmara de um campeonato de futebol, mas não se festeje mais nada: nem uma maratona vencida em Los Angeles ou Seul, nem o Nobel conquistado em 98, nem Camões, nem as comunidades portuguesas no 10 de Junho... Não se festeje mais nada que, seriamente, possa envolver de auto-estima, cristalizada e não volátil, um povo que viu reconhecida a sua nacionalidade e independência em 1143 e que, ao longo da história, se viu na necessidade de lutar para as manter, colectiva e individualmente.

25 de Abril de 1974 não é uma data sem tempo. É o tempo da última aquisição deste povo – a definitiva independência; a liberdade que suporta a opinião dos comentadores, mas também a do cidadão comum dono do seu pensar e que, por isso, continua a crer que vale a pena festejar todas as datas que ensinam a viver diferente, mesmo quando todos os outros dias são destes uma comemoração.

Por isso, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) esteve em Arnoso, com a Junta de Freguesia local – para que aqueles que encontram referenciais na memória pudessem recordar a Revolução dos Cravos; e que outros, mais novos, encontrassem na arte, na cor, no movimento ao ar livre, uma lição de história e de vida em liberdade. ▶

*Direcção da Área Sindical de Famalicão*



SPN/Amarante continua “Debates Sociais”

## Sociedade, educação e direitos sociais básicos

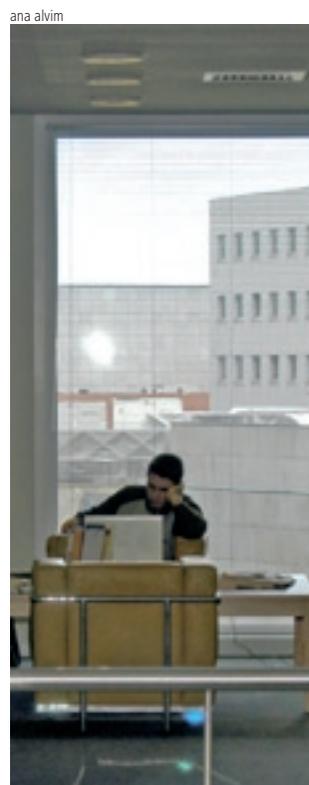
Dando continuidade a uma iniciativa que teve a primeira edição no ano transacto, a Área Sindical de Amarante do SPN leva a efeito, no dia 3 de Junho, a edição 2006 dos “Debates Sociais”. Para reflectir sobre A Sociedade, a Educação e os Direitos Sociais Básicos, estarão presentes: Francisco Assis (PS), Joana Amaral Dias (Bloco de Esquerda), José Alberto Correia e Maria José Gonçalves (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto), Mário David Soares (SPN) e Odete Santos (PCP).

O acolhimento que a primeira edição teve junto dos professores, como do público em geral, levou-nos a concluir que os “Debates Sociais” deviam ser uma actividade a repetir. Nestes debates, procuramos que a Educação seja articulada com outras áreas, e, este ano, nada seria mais oportuno do que discuti-la dentro do grande grupo do qual faz parte – as políticas sociais.

Os oradores convidados – com investigação e trabalho produzidos neste âmbito – irão responder às questões que se nos colocam no dia-a-dia, face à “galopada” das políticas neoliberais e à deificação da economia, ou, pelo contrário, despertarão consciências no sentido de nos tornarmos cidadãos mais interventivos, capazes de desbravar caminho para uma democracia mais participativa?

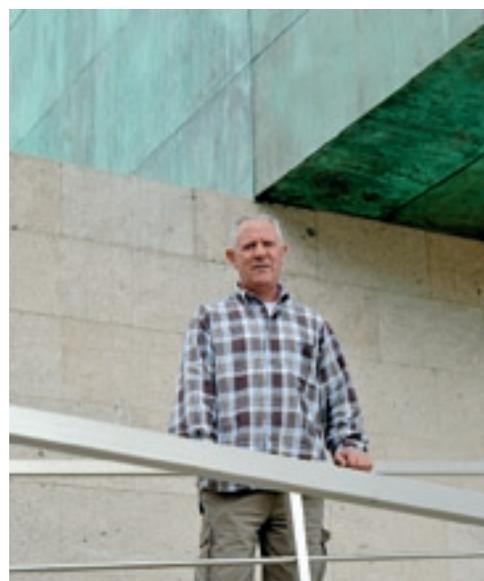
O palco onde tudo vai acontecer não poderia ser mais apropriado – a Fundação Eça de Queiroz, em Baião, onde poderemos relembrar a crítica política do escritor, que bem poderia ter sido escrita ontem ou mesmo hoje. Se não vejamos: “Há um ponto negro que assusta o discurso da Coroa: é a questão da Fazenda. No entanto, o discurso da Coroa, cada vez que aparece em público, promete resolver a questão da Fazenda”. Por tudo isto, aqui fica o convite: Participa e “traz outro amigo também”! ▶

*Direcção da Área Sindical de Amarante*



Vivemos uma época em que as imensas capacidades da Ciência e da Técnica permitiriam satisfazer as necessidades básicas da humanidade, se o ser humano fosse o centro das políticas. Mas não é! E assim, pelo contrário, assistimos a um aumento brutal da exclusão, da fome e da miséria, a par de uma chocante acumulação, concentração e ostentação da riqueza. O poder económico, em cada dia que passa, acumula e concentra mais capital e, em nome da produtividade e da competitividade, retira direitos, garantias legais e contratuais aos trabalhadores, numa escalada que parece não conhecer limites. É um tempo histórico marcado por uma contínua e crescente harmonização no retrocesso.

## Contra a harmonização no retrocesso, a convergência na resistência



adriano rangel

Assistimos, incrédulos, a teorizações sobre as vantagens que resultariam da diminuição dos salários, do alargamento da jornada de trabalho e do aumento da flexibilidade, para um “melhor desempenho da situação macroeconómica”. Convém sublinhar que tais teorizações, completamente desligadas da vida real e pagas a peso de ouro, a par de outras sobre os *inadmissíveis privilégios* que certas camadas de trabalhadores – particularmente os da Administração Pública – gozam á custa dos *nostros impostos*, sempre vão surtindo algum efeito: introduzem contradições entre trabalhadores menos atentos a esta monumental campanha ideológica, acabando estes

por se transformar no eco dos arautos do neoliberalismo que comanda o processo de globalização em curso, enfraquecendo assim a luta de resistência. Mas, apesar dessas contradições, em todos os continentes se observam reacções diversificadas contra um sistema que, além de injusto, se revela cada dia mais perigoso para a segurança colectiva da Humanidade.

Sendo um tempo de muitas inquietações, é, igualmente, de esperança. Esperança alicerçada nas lutas dos trabalhadores europeus, dos sindicatos e associações de emigrantes dos Estados Unidos da América (EUA), dos trabalhadores e povos da América Latina e Central, dos povos do Médio Oriente e da Ásia, contra a ocupação estrangeira, pela autodeterminação e independência (como a Palestina) ou contra a rapina imperialista dos seus recursos naturais.

**Florival Lança,**

CGTP-IN

(título e subtítulos da Redacção)

## O papel dos sindicatos

É neste quadro, complexo e difícil, que os sindicatos têm de desenvolver a sua acção, em defesa e pela melhoria das condições de vida e de trabalho dos seus representados.

Nos países desenvolvidos, a mobilização e a luta dos trabalhadores têm assumido dimensões assinaláveis em defesa de direitos e conquistas duramente alcançados. São exemplos salientes:

- lutas dos trabalhadores alemães, mobilizados pela DGB contra as alterações do fundo de desemprego (as maiores mobilizações desde a II Guerra Mundial);
- duas greves gerais convocadas pela CGT grega;
- greves e manifestações na Áustria, sem precedentes no pós-guerra;
- manifestações unitárias em França (Março e Outubro) e o poderoso movimento alargado contra o chamado *contrato para o primeiro emprego*;
- greve geral dos transportes, na Bélgica, que acabou sendo seguida por outros sectores de actividade, depois das “visitas” dos piquetes de greve;
- greves e manifestações em Itália;
- mobilizações em Espanha;
- lutas da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN); etc., etc.



adriano rangel

Todas estas lutas dos trabalhadores de um dos espaços económicos mais desenvolvidos do mundo contêm importantes elementos de reflexão sobre o papel, o estado actual e o futuro do movimento sindical em geral, a sua relação com o poder, os seus objectivos estratégicos e a sua política de alianças, as suas contradições e as que, em maior ou menor grau, acabam por induzir no sistema dominante.

### Construir convergências

Apesar dessas contradições, é obvio que os adversários e inimigos detêm, nesta etapa histórica, uma considerável supremacia, o que conduz à necessidade de estabelecer, em cada momento, alianças e estratégias que contemplem o curto/médio prazo, construindo convergências sindicais alargadas, bem como propostas de acção e luta em consonância com as mesmas.

É o que pretendemos alcançar quando participamos nas diversas organizações sindicais internacionais às quais pertencemos, quer se fale da CGTP-IN ou da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) – Confederação Europeia de Sindicatos (CES) e Internacional da Educação (IE) –, ou quando participamos nas diversas realizações do Fórum Social Mundial, onde, a par de outros movimentos sociais, procuramos construir novas formas de poder, aprofundar reflexões, trocar experiências e, quando a situação o exige, marcar acções de luta de que é exemplo maior a manifestação mundial contra a invasão do Iraque por parte dos EUA e seus aliados, que teve lugar em quase todas as capitais no mundo inteiro.

Sobre estes temas internacionais – aqui abordados de forma muito genérica – está aberto, no seio da CGTP-IN, um debate que decorrerá durante todo este ano, a par das tarefas normais que os sindicatos têm que desenvolver, e para o qual também os professores estão convocados. ▶

A perspectiva de que a Europa e a Ásia possam adquirir uma maior independência tem preocupado os estrategas dos Estados Unidos da América desde a Segunda Guerra Mundial. Essa inquietação aumentou à medida que a “ordem tripolar” – Europa, América do Norte e Ásia – se foi desenvolvendo. De maneira progressiva, também a América Latina se foi tornando mais independente. Agora, a Ásia e as Américas estão a reforçar os seus laços, enquanto a superpotência reinante, pelo contrário, se consome em desventuras no Médio Oriente. Cada vez mais, a integração regional é um tema crucial na Ásia e na América Latina, mas, na perspectiva de Washington, pressagia um mundo desafiante que escapou ao seu controle. Naturalmente, a exploração das fontes de energia mantém-se como factor decisivo para todas as partes.

Noam Chomsky

## Ásia, América Latina e a superpotência reinante

A chave está na cooperação Índia-China. Em Janeiro, um acordo firmado em Pequim “abriu caminho para que a Índia e a China colaborem não somente na tecnologia, mas também na exploração e produção de hidrocarbonetos, numa associação que pode eventualmente alterar equações fundamentais no sector mundial do petróleo e do gás natural”, assinala Varadarjan.

Um passo adicional, que está já a ser contemplado, é um mercado asiático de intercâmbio em euros. O seu impacto no sistema financeiro internacional e no balanço do poder global pode ser significativo.

Não foi, portanto, uma surpresa que George W. Bush tenha viajado recentemente para a Índia, tratando de manter esse país como aliado, oferecendo cooperação nuclear e outros incentivos como atracção.

Entretanto, na América Latina, os governos de centro-esquerda prevalecem, desde a Venezuela à Argentina.

A população indígena tornou-se muito mais activa e influente, particularmente na Bolívia e no Equador, onde os aborígenes querem que o petróleo e o gás sejam controlados a nível interno e, em alguns casos, se opõem totalmente à sua produção.



ilustração: pedro lino / isto é

Aparentemente, muitos indígenas não vêem nenhuma razão para as suas vidas, sociedades e culturas estarem a ser perturbadas ou destruídas para que os nova-iorquinos possam paralisar totalmente o trânsito ao comando dos seus automóveis.

A Venezuela – principal exportador de crude do hemisfério sul – estabeleceu, possivelmente, as relações mais próximas de qualquer país latino-americano com a China, e planeia vender crescentes quantidades de petróleo a Pequim, como parte do seu esforço para reduzir a sua dependência do governo abertamente hostil dos Estados Unidos.

A Venezuela uniu-se ao Mercosul – união aduaneira da América do Sul –, e acção do governo de Caracas foi considerada pelo presidente argentino, Néstor Kirchner, um “marco” no desenvolvimento deste bloco comercial. Por seu lado, o presidente do Brasil, Lula da Silva, deu as boas-vindas à Venezuela como “um novo capítulo na nossa integração”.

A Venezuela, além de suprir as necessidades de combustível da Argentina, comprou quase um terço da dívida argentina considerada em 2005, como parte do esforço de toda a região para resgatar os países

do controlo do Fundo Monetário Internacional, depois de duas décadas de uma desastrosa conformidade às regras impostas pelas instituições financeiras internacionais lideradas pelos Estados Unidos.

Os passos para a integração do Cone Sul avançaram ainda mais em Dezembro, com a eleição de Evo Morales na Bolívia, o primeiro presidente indígena do país. Morales movimentou-se rapidamente para alcançar uma série de acordos energéticos com a Venezuela [e já no início de Maio decretou a nacionalização dos meios de exploração e produção do sector energético].

Segundo o «Financial Times» “espera-se que estes acordos sustentem próximas reformas radicais na economia e no sector energético da Bolívia”, com grandes reservas de gás, apenas superadas pela Venezuela na América do Sul.

As relações entre Cuba e Venezuela tornaram-se mais próximas do que nunca, cada país apoiando-se nas respectivas vantagens: a Venezuela fornece petróleo a baixo custo, enquanto Cuba, em retribuição, organiza programas de alfabetização e saúde, enviando milhares de profissionais altamente treinados, professores e médicos, que trabalham nas áreas mais pobres e abandonadas, como o fazem noutras partes do terceiro mundo.

A assistência médica cubana é também bem vinda noutras regiões.

Uma das recentes tragédias mais horríveis foi o terramoto no Paquistão, no passado mês de Outubro. Além da grande quantidade de mortos, um número desconhecido de sobreviventes teve que enfrentar um brutal clima invernososo com muito poucos refúgios, comida ou assistência médica.

“Cuba abasteceu o Paquistão com o maior contingente de médicos e paramédicos”, pagando todos os custos (talvez com financiamento venezuelano) – escreve John Cherian no «India’s Frontline», citando um importante diário paquistanês.

O presidente do Paquistão, Pervez Musharraf, expressou a sua “profunda gratidão” a Fidel Castro pelo “espírito e compaixão” das equipas médicas cubanas – segundo relatórios, incluíam mais de mil médicos e paramédicos, sendo 44% deles mulheres –, que, após a retirada das equipas de ajuda ocidentais, continuaram a trabalhar em remotas povoações das montanhas, “vivendo em tendas, sob temperaturas abaixo de zero e inseridos numa cultura estrangeira”.

Os crescentes movimentos populares, principalmente no Sul, mas com uma crescente participação nos países industriais ricos, estão a servir de base para muitos destes desenvolvimentos, no sentido de uma maior independência e preocupação pelas necessidades da grande maioria da população. ▶

Sam Javanrouh



## Noam Chomsky

O texto que se reproduz nestas páginas é uma tradução do original publicado no diário «La Jornada» (México), em 25 de Março. O autor é um consagrado linguista norte-americano e acérrimo crítico da política externa dos Estados Unidos – recentemente, publicou «Imperial Ambitions: Conversations on the Post-9/11 World».

Professor de Linguística no Massachusetts Institute of Technology, tornou-se conhecido pela sua teoria sobre a gramática (a habilidade de formar a língua estruturada é inata). A partir da guerra do Vietname, tem-se destacado, também, como activista político – descreve-se a si próprio como socialista libertário.

Em 2005, uma consulta pública promovida pela revista britânica «Prospect Magazine» declarou-o o mais importante intelectual do mundo, à frente do romancista e académico italiano Umberto Eco. ▶

## Curso de Verão na Universidade do Minho



No sentido de contribuir para a edificação de percursos e modalidades de educação ao longo da vida e de construir respostas socialmente sustentadas aos desafios da sociedade do conhecimento, o Departamento de Sociologia da Educação e Administração Educacional da Universidade do Minho organiza Oficina de Saberes, um curso de Verão que propõe (per)curso de debate e análise de algumas problemáticas relevantes no campo da educação. A próxima Oficina – com o curso “Paulo Freire e a Educação na Cidade”, orientado por Licínio Lima, de 20 a 22 de Julho – é particularmente dirigida a responsáveis autárquicos, membros e dirigentes de associações de pais, animadores educativos e culturais, formadores e professores e a outros membros e dirigentes associativos e sindicais envolvidos na educação.

## Testemunho de um ex-autarca

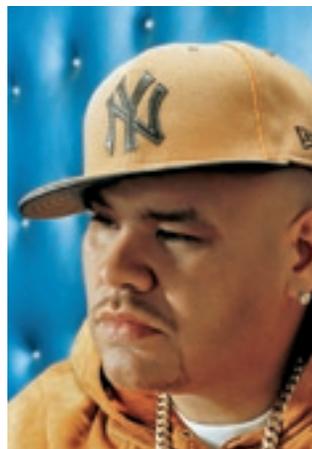


“Quando mais precisamos de seriedade e de capacidade empreendedora, o sistema liquida muitos daqueles que são sérios e capazes. Como é que isto depois se reflecte na classe política? De uma forma triste e cada vez mais óbvia. No fundo, os políticos portugueses estão divididos em mercenários, medrosos e resistentes”. Quem o afirma é Paulo Morais, em entrevista a António Freitas de Sousa, que a Edeline vai lançar em livro. Paulo Morais é professor universitário (Matemática e Estatística). Entre 2002-05, foi vice-presidente da Câmara Municipal do Porto, acumulando com a vereação da Habitação e Acção Social. Com base nessa experiência, terá alegadamente confirmado que o urbanismo se tornou uma forma encapota-da de transferir bens públicos para a posse de privados e uma via obscura de financiamento dos partidos. Mas, num testemunho que a editora apresenta como “dramático”, o ex-autarca vai além do diagnóstico das distorções, propondo “soluções concretas para uma mudança radical na legislação e na prática do poder autárquico”.

### Lançamento

*Café Majestic, Porto · 30 de Maio, 21h  
Apresentação por Maria José Morgado  
(procuradora-geral adjunta; ex-directora da  
Direcção Central de Investigação da Corrupção e  
Criminalidade Económica e Financeira, da Polícia  
Judiciária)*

## Carviçais 2006: Fat Joe no cartaz e hip hop nas escolas



Após um ano de interregno, o Festival de Carviçais está de regresso (27, 28 e 29/Julho) com um conceito diferente das edições anteriores, dando lugar ao hip hop e ao reggae. Um dos nomes mais importantes do hip hop norte-americano, Fat Joe está confirmado como cabeça-de-cartaz – a nível europeu, está também garantida a presença do alicantino Nach Scratch. Mas o Festival de Carviçais não se esgota nos concertos. A par de outras acções paralelas, a organização vai levar o hip hop a cerca de uma dezena de escolas do concelho de Torre de Moncorvo – a iniciativa, que se pretende pedagógica, tem como objectivo desmistificar este género musical, retirando-lhe a imagem de guetto que normalmente lhe está associada. Nesta perspectiva, haverá lugar a workshops em que os alunos vão aprender como se compõe um tema hip hop quanto à sua sonoridade e conhecer as métricas mais utilizadas pelos MCs (cantor principal, que funciona como mestre-de-cerimónias do grupo). Paralelamente, vai ser pintado um mural em cada escola, utilizando técnicas de graffiti, movimento muito associado ao hip hop.

O festival é organizado pela Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Carviçais, com produção Articket Eventos (Av. Boavista, 1.277/81 – sala 109, Porto, telefone 220 107 592).

## Campanha de Verão “Lugar ao Sol”



No âmbito do protocolo estabelecido com o Sindicato dos Professores do Norte, a empresa Lugar ao Sol está a promover uma campanha de Verão pela qual, na compra de um talonário – conjunto de 7 noites para duas pessoas (50€), a utilizar em mais de 140 hotéis do continente ilhas –, oferece aos sócios do SPN outro talonário de bónus, também de 7 noites. A contrapartida devida por cada utilizador do programa é a realização de determinados consumos mínimos diários obrigatórios (normalmente, um pequeno-almoço e outra refeição) na unidade hoteleira que seleccionar através do guia fornecido com o talonário. Válido por um ano, o talonário é transmissível, podendo ser utilizado por terceiros. Não é obrigatória a utilização das 7 noites de estadia na mesma unidade.

### Adesão ou informações

Lugar ao Sol:  
apoioacliente@lugaraosol.pt,  
218 483 203  
919 803 610  
965 635 000

# Contra o esquecimento...

Juntaram-se três memórias e três percursos num disco que fala do 25 de Abril aos mais novos, para que saibam um pouco melhor o que foi, o que ajudou a mudar e as emoções e esperanças que desencadeou e que, entretanto, se fizeram história.

Os três autores-intérpretes (José Jorge Letria, Manuel Freire e Vitorino) partilharam, antes e depois da Revolução dos Cravos, palcos, lutas e utopias. Mas as recordações desses tempos de fraternidade e luta não prescreveram. Por isso fizeram “Abril, Abrilzinho”; por isso, ao fazê-lo, pensaram nos mais novos – se fosse uma carta, o destinatário seria a malta que hoje aprende o que é o mundo.

As canções de “Abril, Abrilzinho” não pretendem escrever ou reescrever a História, mas apenas dizer que há nomes, lugares, sentimentos e lembranças intensamente vividas, que não podem perder-se no saco do esquecimento. Este CD é isso mesmo – um disco contra o esquecimento que esvazia as memórias e as deixa tão perigosamente deserta de referências e valores.

Abril foi o que foi. Abrilzinho é ternura. “Abril, Abrilzinho” é um disco para os mais novos, mas também para os que foram contemporâneos dos autores. Ao ouvi-lo, é possível que se detecte a comoção que eles sentiram ao concebê-lo e gravá-lo.

“Era uma vez um país onde o povo vivia amargurado, sob repressão, há mais de 45 anos. A liberdade fora-lhe roubada pelos ditadores, que os vigiavam com os esbirros da PIDE, os prendiam e torturavam. Por isso, a grande maioria tinha medo. Ainda por cima, os rapazes ao chegarem aos 20 anos eram enviados para uma guerra em África, onde eram obrigados a lutar e donde muitos voltavam – os que voltavam, pois morreram lá vários milhares – com doenças e ferimentos. Havia, contudo, portugueses e portuguesas que não se vergavam e continuavam a lutar, de várias maneiras, para correr com os ditadores. Eram perseguidos e maltratados, mas apesar disso, muitos não desistiram e continuaram a lutar.” (Vasco Lourenço, coronel capitão-de-Abril).

“Para vocês. Que podem rir e discutir e estudar, e namorar e dizer coisas parvas e fazer asneiras (crescer implica tudo isso) sem medo de papões, quartos escuros, ou polícias nas esquinas ameaçando o vosso tempo. Lembrem-se. Foi para vocês que o 25 de Abril de 1974 se fez. E não o estraguem.” (Alice Vieira, escritora). ▶



## ... não pisem os cravos

Num texto incluído no CD que acima é destacado, a escritora Alice Vieira diz aos jovens que vão ouvir/ler o disco que foi para eles que o 25 de Abril se fez. E pede-lhes que não o estraguem.

Quando o disco me chegou às mãos e o folhee, vieram-me à memória os pratos de polé que a Revolução dos Cravos tem vindo a sofrer de ano para ano – e já não falo das promessas por cumprir...

A coisa, aliás, vem de longe. Dos tempos em que as comemorações populares começaram a virar romaria de vendedores ambulantes e palco de ranchos à compita com danças de salão e outras habilidades igualmente populares. Quando as praças e avenidas começaram a esvaziar-se, até de populares...

[há dias, um amigo, militante comunista, dizia-me que já só participa no 1º de Maio – para ele, o 25 de Abril está com demasiada “abrangência democrática”...]

Ao que me refiro, é às habilidades dos políticos.

Já não bastava o jardineiro da Madeira mais os seus acólitos quererem celebrar o 24 a 25, também há quem pense que o 25 deve ser comemorado em Novembro...

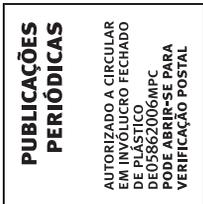
Depois, foi o caso Cavaco Silva, que compareceu na cerimónia oficial sem um cravo na lapela – e como eu o compreendo! Eu que sou do tempo em que se comprava pão e vinho, mas se roubava uma flor, tive que pagar um euro por um cravito que rapidamente murchou...

Circunstância logo aproveitada por alguns opinadores para anunciarem o esquerdismo ideológico e a excelência discursiva do “novo homem” de Belém e para vituperarem a teimosia das esquerdas na apropriação do discurso social.

Talvez o Presidente da República não goste de cravos na lapela, e então é legítimo que não os ponha. Até porque, pelo menos até ser eleito PR, Cavaco sempre ficou mal ao cravo...

Mas, apesar de tudo, o 25 de Abril de 74 também foi feito para todos eles. Se não gostam dos cravos, não os cheirem nem os olhem. Mas não os pisem – se não, lá terá alguém que os voltar a plantar... ▶

A.B.



## *nesta edição*

a abrir

### **02 Medição da representatividade sindical é uma exigência inadiável**

editorial

### **03 Onde está a coragem?**

acção sindical

*Concursos; despacho de Valter Lemos; Estatuto da Carreira Docente; encerramento de escolas do 1º Ciclo; administração e gestão das escolas; campanha da Educação Pré-Escolar; PRACE; Processo de Bolonha – estes são alguns dos assuntos mais impressionantes na actual agenda da actividade sindical.*

### **05 Fenprof exigiu suspensão do despacho de Valter Lemos**

### **06 Contextos para a revisão do ECD**

### **09 Eleição dos órgãos de direcção e gestão das escolas**

### **10 ME marginalizou autarquias no encerramento de escolas**

### **13 Reestruturação da Administração Central**

do superior

### **14 Origem e evolução do “Processo de Bolonha”**

em destaque

### **16 Carvalho da Silva em entrevista**

*“Com grande sentido de coragem e solidariedade, os professores estão a procurar responder à desmobilização. É visível um esforço acrescido de organização e de intervenção para que as escolas funcionem da melhor maneira possível”.*

### **22 1º de Maio: História com 120 anos**

consultório jurídico

### **24 Destacamento por condições específicas**

internacional

### **26 Contra a harmonização no retrocesso, convergência na resistência**

*Vivemos uma época em que as imensas capacidades da Ciência e da Técnica permitiriam satisfazer as necessidades básicas da humanidade, se o ser humano fosse o centro das políticas – mas não é.*

### **28 Ásia, América Latina e a superpotência reinante**

*Cada vez mais, a integração regional é um tema fulcral na Ásia e na América Latina, mas, na perspectiva de Washington, pressagia um mundo desafiante que escapou ao seu controle.*

a fechar

### **31 Contra o esquecimento**

**spni**  
INFORMAÇÃO

DIRECTOR ABEL MACEDO

Ano XXI - II Série - N.º 4

Maio 2006 - 2 euros

[spninfo@spn.pt](mailto:spninfo@spn.pt)